



# Desastres naturais: os desafios para cadeias humanitárias e produtivas

REDAÇÃO

08 setembro 2015 | 12:50

Priscila Laczynski de Souza Miguel, professora de Operações da EAESP/FGV e coordenadora do Centro de Logística e Supply Chain (GV/CELOG)

Em abril de 2015, um terremoto atingiu fortemente o Nepal, resultando em mortes e destruições de cidades. Uma semana depois, as estimativas eram de 10 mil mortos e as equipes de resgate ainda enfrentavam dificuldades para chegar a áreas isoladas e levar bens de primeira necessidade.

De acordo com o relatório anual estatístico de desastres emitido pelo Centro para Pesquisas em Epidemiologia de Desastres (CRED), em 2013, foram registrados 330 desastres naturais no mundo e o Brasil aparece na lista como o oitavo país em número de eventos identificados. Especialistas estimam que este número deve crescer e que seremos cada vez mais afetados por catástrofes.

Existem diversos tipos de desastres naturais. Os que mais chamam atenção são os desastres súbitos, ou seja, aqueles que ocorrem de repente e cujos efeitos são devastadores para a comunidade afetada. Este é o caso do terremoto do Nepal, do tsunami no Japão em 2011 e da enchente que assolou a região serrana do Rio de Janeiro no verão de 2011. Também é o caso do tornado de Xanxerê, em Santa Catarina, e das chuvas que atingiram a Bahia em abril de 2015. Nestas situações, em função da alta destruição causada, as equipes de resgate precisam se mobilizar rapidamente para salvar sobreviventes, providenciar assistência médica e garantir aos atingidos comida, água, remédios e alojamentos. A sociedade acaba se organizando para arrecadar doativos que possam ser enviados às pessoas necessitadas.

Há outras situações, porém, em que o impacto não é imediatamente percebido, como em períodos de estiagem. Por ser um evento de longa duração, sua chegada normalmente é imperceptível. Os efeitos, no entanto, podem resultar em perdas econômicas e sociais para um número muito maior de pessoas e por um período prolongado. A atual crise hídrica que afeta São Paulo e toda a região Sudeste é um exemplo. As consequências podem ser tão graves que a própria ONU anunciou nos últimos dias que irá investigar se a falta de água fere os direitos humanos da população.

Além dos impactos causados à população, um desastre pode resultar em perdas na economia de um local, sejam elas tanto diretas tais como danos à infraestrutura e a edificações, como indiretas, como perdas de receita e desemprego. Por isto, é preciso alocar esforços e recursos para trabalhar em diferentes atividades: obras de prevenção, centros de alerta e preparação ao desastre e planejamento e execução de ações de resgate, além da recuperação da área afetada posteriormente.

O conjunto destas atividades realizadas antes, durante e depois do desastre é conhecido como operações humanitárias, cuja realização envolve diferentes atores, como governo, Forças Armadas, ONGs e até mesmo a sociedade civil.

As cadeias humanitárias, responsáveis pelo fluxo de serviços e materiais para as áreas atingidas, enfrentam grandes desafios em função da dificuldade de se prever a ocorrência, sua intensidade e duração, tornando suas operações extremamente complexas. Em situações emergenciais, é difícil prever quais os produtos – roupas, alimentos, remédios, entre outras mercadorias – e quantas pessoas e equipamentos são necessários para o atendimento emergencial. Além disso, todo este atendimento precisa ser feito em prazos extremamente curtos e existe alto risco envolvido para chegar em áreas instáveis, com chances de deslizamentos e desmoronamentos, por exemplo. Isto sem contar com a escassez de pessoas treinadas, recursos físicos e financeiros.

Mas os desastres não são desafios apenas para as cadeias humanitárias. Cadeias produtivas são fortemente afetadas em suas operações, quer seja porque estão em locais devastados ou porque têm dificuldades de receber insumos de seus fornecedores ou entregar produtos e serviços para seus clientes. Como conseguir entregar mercadorias em uma área alagada? E se um fornecedor não for capaz de produzir uma mercadoria qualquer por falta de água ou energia?

Enchentes e inundações podem afetar e destruir infraestruturas de logística, como estradas, rodovias, pontes e interromper operações de aeroportos e portos. No caso de bloqueio de vias de acesso – de ruas a rodovias, além de causar congestionamentos, os motoristas são obrigados a percorrer trajetos maiores, o que representa aumento do consumo de combustível, risco de danos as cargas e atrasos, ou mesmo impossibilidade de entregas. A interrupção de portos e aeroportos impede exportações e importações. Em 2008, por exemplo, o porto de Itajaí, em Santa Catarina, permaneceu fechado por 15 dias, impedindo importações e exportações, afetando não só a economia brasileira, mas também as cadeias globais.

Outra cadeia produtiva altamente suscetível a secas e chuvas intensas é a de alimentos. Em 2012, a estiagem que afetou o Nordeste do Brasil, resultou em quebras de safra e redução de 90% da capacidade produtiva de vários produtores locais. Os produtos mais afetados foram soja, milho e leite. O resultado: incremento de custos para a indústria de alimentos e aumento de preços para o consumidor final. Outro exemplo é o fornecimento de energia. Com a seca, há redução de produção de energia em hidrelétricas e faz-se necessário recorrer às termoeletricas, cuja energia é mais cara, afetando todos os setores produtivos do país. O setor de turismo é outro que tem sofrido enormes perdas com os desastres. Somente em Santa Catarina, o prejuízo superou R\$ 120 milhões de reais. Em 2011, houve interrupção no fluxo de turistas na região de Paranapiacaba, em São Paulo, e na região serrana do Rio de Janeiro.

Apesar de todos estes eventos, o poder público e as organizações no Brasil ainda não acordaram para a necessidade de se preparar para tais eventos, bem como de reduzir riscos a eles relacionados. Embora sejamos afetados por desastres de menores proporções que tsunamis e terremotos, o país é citado frequentemente nos relatórios do CRED, desde 2007, seja por estar entre os países com mais eventos relatados ou pelas secas que afetam suas diferentes regiões. Apesar disto, embora as pesquisas de municípios do IBGE (MUNIC 2013) apontem que quase 40% dos municípios brasileiros foram afetados por enchentes, alagamentos ou inundações nos últimos cinco anos, apenas 9% dos municípios brasileiros possuem algum plano de redução do risco. Nas organizações, quando se fala em gestão de risco em cadeias de suprimentos, as atenções estão voltadas ao risco de rupturas por problemas causados por fornecedores ou por má previsão de demanda.

Se quisermos melhorar nossa produtividade e competitividade, está na hora de começarmos a monitorar nossos desastres e como eles afetam não só a população, mas também a toda a economia brasileira.

As informações e opiniões expressas neste blog são de responsabilidade única do autor.

## COMENTÁRIOS 0

**Aviso:** Os comentários são de responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do Estadão.

É vetada a inserção de comentários que violem a lei, a moral e os bons costumes ou violem direitos de terceiros. O Estadão poderá retirar, sem prévia notificação, comentários postados que não respeitem os critérios impostos neste aviso ou que estejam fora do tema proposto.

Fazer Login

	Seguir	Compartilhar	Comentar

Você pode digitar 600 caracteres.

Novos | Antigos